



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS – CAMPUS PALMAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

Manfrini Ferreira Ribeiro

**HIV/AIDS: Análise do processo de monitoramento e avaliação dos indicadores pela
Secretaria Estadual de Saúde – TO.**

Palmas

2021

Manfrini Ferreira Ribeiro

**HIV/AIDS: Análise do processo de monitoramento e avaliação dos indicadores pela
Secretaria Estadual de Saúde – TO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora de defesa de TCC em Gestão Pública como exigência à obtenção do grau de Tecnólogo Superior em Gestão Pública, do Instituto Federal do Tocantins - Campus Palmas.

Orientador: Prof.º Me. Adão Pinto dos Santos.

Palmas

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecas do Instituto Federal do Tocantins

F383h Ferreira Ribeiro, Manfrini
 HIV/AIDS: análise do processo de monitoramento e avaliação dos
 indicadores pela Secretaria Estadual de saúde – TO. / Manfrini Ferreira
 Ribeiro. – Palmas, TO, 2021.
 43 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Gestão Pública) –
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, Campus
Palmas, Palmas, TO, 2021.

Orientador: Me. Adão Pinto Dos Santos.

1. Monitoramento. 2. Indicadores. 3. HIV/Aids. I. Pinto Dos Santos.,
Adão. II. Título.

CDD 350

A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, deste documento é autorizada para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica do IFTO com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Manfrini Ferreira Ribeiro

**HIV/AIDS: Análise do processo de monitoramento e avaliação dos indicadores pela
Secretaria Estadual de Saúde – TO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora do CTS em Gestão Pública como exigência final para obtenção do título em tecnólogo em Gestão Pública do Instituto Federal do Tocantins Campus–Palmas.

Orientador: Prof. Me. Adão Pinto dos Santos

Aprovado em: ____/____/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Msc. Adão Pinto dos Santos
IFTO - Palmas

Prof. Msc. Ana Carolina Nogueira Falcão
IFTO - Palmas

Prof. Dra. Cintia Souza Dantas da Silva
IFTO – Palmas

PALMAS - TO

2021

“Existe apenas um bem, o saber, e apenas um mal, a ignorância.”

(Sócrates)

AGRADECIMENTOS

Início meus agradecimentos pelo meu orientador Adão, que teve toda a paciência comigo quando eu achei que não conseguiria, por incentivar dizendo que eu era capaz a cada novo prazo solicitado, por ter conseguido fazer as orientações quando o mundo inteiro estava enlouquecendo com a pandemia de 2020.

Não seria possível ficar sem agradecer a banca examinadora, que deu o seu incentivo para que eu pudesse continuar a apresentação mesmo diante do notório nervosismo exacerbado em que me encontrava, com as dificuldades com os meios da apresentação. Todas as sugestões foram muito bem-vindas e acatadas e acredito que veio para somar muito nesse trabalho de conclusão.

Como não estender a minha gratidão aos meus queridos pais? As pessoas que me criaram com tanto amor. Me cobravam e perguntavam sempre sobre o TCC todas as vezes que me viam ou que era pertinente. Os problemas pessoais que passei no meio dessa caminhada, eles são conhecedores, ajudaram a reerguer-me e continuar minha jornada.

Não poderia esquecer de agradecer a minha amiga Marudiney Cesar, a principal responsável por conseguir que eu finalmente encarasse o meu primeiro vestibular e, assim, finalmente pudesse ingressar na faculdade. Minha eterna gratidão por ter me apoiado todos os dias em que eu fui até o Instituto, dando-me força e até boa parte do meu projeto de qualificação.

Por fim, deixo para agradecer uma pessoa muito especial, a minha amiga Lidiane Giordani. Pessoa que esteve ao meu lado nessa reta final do projeto de qualificação e em todo o processo da defesa desta monografia. Obrigado por ter sido um pilar e não ter me deixado surtar nesse desenvolvimento, mesmo tendo todas as suas obrigações, sempre arrumou um jeito de dar apoio e se fazer presente.

RESUMO

O presente trabalho trata-se de uma análise documental dos processos de monitoramento dos indicadores para com o agravo do HIV/AIDS, analisando o fluxo praticado pela secretaria estadual de Saúde do Estado do Tocantins, mediante o entendimento das recomendações do Ministério da Saúde. Discorrendo brevemente sobre a história do monitoramento desde seu início, passando por seu implemento no Brasil, e os primórdios do seu uso nos agravos em saúde pública. Explanando quando se iniciou as primeiras medidas de monitoramento no país para enfrentar o avanço do HIV/AIDS. Estudando dados relevantes para compreender e conhecer os fluxos praticados pelos técnicos de vigilância no Estado mediante as normativas no Ministério da Saúde. Fazendo um comparativo com outro ente federativo para entender se as metas estaduais estão sendo efetivas.

Palavras-chave: Monitoramento, Indicadores, HIV/AIDS.

ABSTRACT

The present work is a documental analysis of the processes of monitoring the indicators related to HIV/AIDS disease, analyzing the flow practiced by the State Health Department of the State of Tocantins, through the understanding of the recommendations of the Ministry of Health. Briefly discussing the history of monitoring since its inception, through its implementation in Brazil, and the beginnings of its use in public health problems. Explaining when the first monitoring measures in the country were initiated to address the advance of HIV/AIDS. Studying relevant data to understand and know the flows practiced by surveillance technicians in the State through regulations in the Ministry of Health. Making a comparison with another federative body to understand if the state goals are being effective.

Keywords: Monitoring, Indicators, HIV/AIDS.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Cascata de Cuidados	28
Gráfico 1	Taxa de detecção 2017 a 2019.....	29
Quadro 1	Municípios menos testados	30
Gráfico 2	Atendimento SAEs dezembro 2019.....	31
Gráfico 3	Comparativo de novos casos HIV e AIDS.....	31
Gráfico 4	Testes realizados TO.....	36
Gráfico 5	Ampliação de testagem TO.....	36
Gráfico 6	Testes realizados no MA.....	37
Gráfico 7	Ampliação de testagem no MA.....	38
Gráfico 8	Comparativo TO – MA.....	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS	–	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
CD4	–	Células do Sistema Imunológico
DATASUS	–	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
ELISA	–	Enzyme Linked Immunono Sorbent Assay
HIV	–	Vírus de Imunodeficiência Humana
IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IST	–	Infeções Sexualmente Transmissíveis
M&A	–	Monitoramento e Avaliação
MS	–	Ministério da Saúde
ONG	–	Organização Não Governamental
PEP	–	Profilaxia Pós-Exposição
PI	–	Pactuação Interfederativas
PQA-VS	–	Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde
PVHIV	–	Pacientes Vivendo com HIV
RAS	–	Rede de Atenção à Saúde
SAE	–	Serviços de Assistência Especializada
SES-TO	–	Secretaria Estadual de Saúde do Tocantins
SICLON	–	Sistema de Controle Logístico de Medicamentos
SIM	–	Sistema de Informação sobre Mortalidade
SINAN	–	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SISCEL	–	Sistema de Informação de Exames Laboratoriais
SUS	–	Sistema Único de Saúde
TARV	–	Terapia Antirretroviral
UBS	–	Unidades Básicas de Saúde
UPA	–	Unidade de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1	Conceituação de avaliação.....	14
2.2	Contextualizando o monitoramento.....	14
2.3	Conceito de indicadores.....	16
2.4	Início do monitoramento e avaliação no Brasil.....	17
3	METODOLOGIA.....	19
3.1	Abordagem e tipo de estudo.....	20
3.2	Desenvolvimento da pesquisa.....	22
3.3	Técnicas da pesquisa.....	22
3.4	Análise da pesquisa.....	23
4	RESULTADOS ESPERADOS.....	25
4.2	Fluxo de monitoramento e avaliação de indicadores da secretaria de Estado da saúde do Tocantins.....	31
4.2.1	Vinculação/tratamento.....	32
4.3	Metas estaduais dos indicadores de AIDS.....	33
4.4	Comparativo dos resultados apresentados pelo Estado do Tocantins com outro Estado da federação.....	34
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
	REFERÊNCIAS.....	41

1 INTRODUÇÃO

Os processos de monitoramento e avaliação são importantes ferramentas da administração para se atingir os objetivos, avaliar os resultados, fazer as devidas mudanças e adaptações nos devidos processos. Tornando as alterações mais oportunas e elevando suas taxas para um patamar mais eficiente.

Os processos de avaliação, no Brasil, segundo a afirmação de Carvalho *et al* (2012), começaram a entrar em evidência a partir dos anos de 1990 em decorrência do aumento das ações unidas às políticas públicas de cunho social, no contexto da Constituição de 1988, que expande os direitos civis da população brasileira.

O Sistema Único de Saúde (SUS), nessa perspectiva, configura-se como um projeto social do país, tornando-se objeto de questionamento quanto à sua efetividade, o que estimulou o surgimento de demandas sistemáticas de avaliações de ações e serviços, assim como da gestão. Além disso, nesta conjuntura, na busca por respostas que afirmassem a carência de políticas, medidas e ações de saúde ofertadas à população, a avaliação tornou-se indispensável (FACCHINI *et al*, 2008).

Ainda segundo Nunes *et al* (2010b), a avaliação sistemática e periódica de exemplares serviços de saúde possibilita a reordenação, o planejamento e a criação de novas estratégias que contribuem no desenvolvimento de práticas combinadas com as necessidades dos usuários e com os atributos dos métodos do sistema de saúde, além disso é também essencial na apreciação da eficiência e efetividade das composições, métodos e efeitos respectivos aos riscos, ingresso e contentamento, pertinentes aos componentes públicos de saúde.

O Sistema Único de Saúde assegura os remédios antirretrovirais para os pacientes convivendo com HIV, desde 1996, mas, somente no ano de 2013, alcançou o suprimento demandado pela medicação para todos os pacientes diagnosticados no país. A distribuição do medicamento é independente da carga viral apresentada pelo paciente.

HIV trata-se de uma sigla em inglês para vírus de imunodeficiência humana. Um vírus que ataca o sistema imunológico de seu hospedeiro, conseguindo se reproduzir, agravando ainda mais o estado do paciente. Além de atacar o sistema imunológico, o vírus consegue se esconder no interior das células, impedindo assim o corpo do hospedeiro.

O monitoramento do HIV/AIDS no Brasil teve início em 1983 com a implantação do primeiro programa para AIDS do país no Estado de São Paulo, e, em seguida, com o início da implantação do Programa Nacional de AIDS, entre 1986 e 1990, segundo Simão *et al* (2011 in Humar, 2017).

Segundo dados do Boletim Epidemiológico, 2019, no Brasil, no ano de 2018, deu-se a confirmação de 43.941 casos novos de HIV e 37.161 episódios de AIDS informados ao Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), relatados mediante ao Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e apontados no Sistema de Informação de Exames Laboratoriais (Siscel) e no Sistema de Controle Logístico de Medicamentos (Siclom), com uma taxa de detecção de contágio 17,8/100.000 habitantes (2018), perfazendo, entre os anos de 1980 a junho de 2019, 966.058 casos de AIDS no país (BRASIL, 2019).

Este estudo analisou as práticas estaduais de monitoramento e avaliação experimentadas pela Área Técnica de Infecções Sexualmente Transmissíveis/AIDS e Hepatites Virais para o acompanhamento do HIV/AIDS no Estado do Tocantins.

O presente trabalho veio com a premissa de ter um comparativo para analisar possíveis situações problemas para a secretaria seguir as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde (MS), se estas estavam ou não sendo seguidas. Dado que se entende serem esses meios mais adequados para compreender a situação de cada região, lançar campanhas para contemplar as novas demandas que surgirem, criando medidas mais efetivas.

O abalçamento e o monitoramento das medidas em saúde constituem etapas essenciais para a criação dos atos voltados a assegurar as condições da atenção à saúde. Diz-se que um processo de monitoramento de indicadores é eficiente quando permite que o programa alcance os objetivos almejados com a menor quantia possível de custos/gastos, e que seja efetivo na capacidade de alcançar os resultados esperados (JUNIOR *et al*, 2006).

A Secretaria Estadual de Saúde do Tocantins (SES-TO) acompanha os indicadores da AIDS de base Nacional propostos pela Pactuação Interfederativas (PI) e pelo Programa de Qualificação das ações de Vigilância em Saúde (PQA-VS), sendo estes: Quantidade de episódios novos de AIDS em crianças menores de cinco anos e a contagem de testes realizados para comprovação de HIV.

Os resultados destes indicadores são apresentados e repassados anualmente ao Ministério da Saúde, porém devem ser monitorados sistematicamente e periodicamente pelos entes federativos.

Seguindo uma das premissas básicas do Sistema Único de Saúde, o da descentralização. Deve ser firmado um convênio entre os municípios e suas unidades básicas de saúde com o apoio do Estado, em que deverão tratar as ações que devem ser tomadas e por fim fazer o repasse das estatísticas ao Ministério.

As metodologias de avaliação e monitoramento dos indicadores da AIDS (no Estado do Tocantins) são de fato efetivos e eficientes? Dessa maneira os métodos das ações aplicadas pela Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins (SES-TO) realmente estão alcançando os resultados esperados para atender com a qualidade necessária os usuários do SUS no Estado?

Os questionamentos em relação a esses fatos justificam-se para tentar entender o quão abrangente tem sido o sistema de saúde em nosso Estado. Levando em consideração o problema com o quadro efetivo de técnicos na elaboração das estratégias, o baixo efetivo para distribuição, técnicos capacitados para aplicar, e o baixo interesse geral no país em avaliação e transparência.

Organizações governamentais ou não têm feito investimentos em sistemas de avaliação e monitoramento para melhor gerir os resultados dos programas na área e analisar onde se devem concentrar esforços para melhoria de seu desempenho. Tornando assim os processos mais eficientes e os recursos invertidos mais bem aproveitados, de modo a tornar as atividades oportunas para a população (SANTOS, 2010).

No Estado do Tocantins, devem ser seguidas essas mesmas premissas, tornando assim de fundamental importância a avaliação e o monitoramento desses fluxos para adequar os processos e obter melhores resultados e, conseqüentemente, diminuir os riscos à população, trazendo melhorias para a sua qualidade de vida.

Na atual circunstância, faz-se necessária a verificação quanto aos processos de monitoramento e avaliação desenvolvidos pela SES-TO para que seja possibilitada uma comparação com os processos de gestão de indicadores preconizados pelo Ministério da Saúde e por outros Estados da Federação.

Este trabalho justifica-se devido à necessidade da realização de um levantamento dos processos reais de monitoramento e avaliação dos indicadores de AIDS pela SES-TO, assim como de sua periodicidade, dada a importância do sucesso dos programas de governo para a melhoria no que se trata da qualidade de vida dos ‘Pacientes Vivendo com HIV’ (PVHIV).

Buscando um melhor entendimento e compreensão, facilitando mensurar e verificar o monitoramento e avaliação da Secretaria Estadual de Saúde diante do Ministério da Saúde, foram elencados alguns objetivos para que se pudesse chegar ao entendimento dos fluxos e comparar o desenvolvimento das metas estaduais:

- Analisar o processo de monitoramento dos indicadores estabelecidos pela Secretaria Estadual de Saúde/TO para com a AIDS no período de 2017 a 2019.

- Elencar os mecanismos de efetividade e eficácia dos processos de monitoramento e avaliação de indicadores instituídos pela Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins.

- Compreender os fluxos de monitoramento e avaliação de indicadores da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins;

- Identificar as metas estaduais dos indicadores de AIDS;

- Realizar comparativos dos resultados apresentados pelo Estado do Tocantins com outro Estado da federação.

Feitas estas considerações iniciais, passa-se às questões técnicas de análise do HIV/AIDS.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este item tem o intuito de fundamentar e dar consistência ao projeto abordando cientificamente, por meio de obras de autores renomados, a importância dos processos de monitoramento dos episódios de AIDS no Estado do Tocantins.

Está embutido no referencial teórico o contexto sobre o material investigado, parte em que serão citados alguns conceitos de suma importância e indispensáveis na elaboração do projeto científico pesquisado (SILVA et al, 2014).

2.1 Conceituação de avaliação

Avaliar vem do latim, significa o intuito de dar atribuição de estima e importância ao objeto da pesquisa, a aferição da qualidade do resultado dá-se por meio da atribuição do juízo de valor trazido pela avaliação, maneira de mensurar e medir os resultados (KRAMER, 2006).

Já para Rocha (2009), avaliação pede um olhar mais detalhado à realidade, pois por meio dos dados e informações é permitido atribuir um julgamento que contribua para a tomada de decisões. Todo esse processo não pode ser resumido em medir algo, a medição em sua forma mais simplória apenas descreve a realidade, obtém números e elementos sobre o objeto que se analisa.

Ainda segundo Kramer (2006), a avaliação pede um processo descritivo e informativo no meio em que ela é empregada, utilizada no intuito de administrar independente à classificação. De modo mais abrangente a todas as áreas, a avaliação tem papel fundamental de contribuição e é indispensável a qualquer sistema.

A avaliação que apenas mede está limitada a constatação da realidade, levantando dados e informações sobre ela. Para uma avaliação mais acertada são necessários instrumentos para coleta e registro de dados. A escolha e a introdução desses instrumentos devem ser norteadas pelos objetivos do objeto do estudo (ROCHA, 2009).

2.2 Contextualizando o monitoramento

O monitoramento é a verificação frequente das informações prioritárias sobre o programa e seus efeitos esperados, provendo elementos que serão aproveitados para o abalçamento das intervenções, abarcando, inclusive, o acompanhamento dos custos e do funcionamento geral da intervenção. A avaliação é um processo estruturado de coleta e

análise de informações sobre as atividades, as características e os resultados de uma intervenção, respondendo a uma pergunta avaliativa (BRASIL, 2017).

Os sistemas de monitoramento e avaliação são conjuntos de ações vinculadas, metódicas e formalizadas de elaboração, apontamento e a verificação crítica das informações promovidas na administração de políticas públicas, de seus programas, medidas e ofícios, por meio dos arranjos, colaboradores e públicos-alvo envolvidos, com o intuito de ajudar a adoção da melhor decisão quanto às diligências imprescindíveis para aperfeiçoamento da ação pública. Tratando de um grupo de ações essenciais do ciclo de gerenciamento da implementação das políticas públicas, visando à sistematização da informação em vista dos aspectos tidos como críticos para êxito dos programas (BRASIL, 2013).

O monitoramento e a avaliação (M&A) são importantes meios para o progresso das medidas públicas em saúde. O acompanhamento sistemático das informações operativas dá-se por meio do monitoramento, que é de extrema importância, de tal modo quanto o cumprimento dos objetivos aguardados de uma intervenção estatal (SANTOS *et al*, 2010).

Ainda segundo Santos *et al*, (2010), o monitoramento analisa se as medidas adotadas estão saindo conforme o delineado ou, ainda, se os resultados observados estão de acordo com o idealizado, consentindo ainda a assimilação de assuntos prioritários para os estudos apreciativos, partindo dos dados obtidos ao longo do acompanhamento, ainda sendo fundamental para orientar o caminho mais assertivo ao objetivo da avaliação.

No que lhe compete, as avaliações além de apresentar os procedimentos de uma intervenção, devem mensurar em que grau as decorrências observadas são de responsabilidade da intervenção aplicada, precisam apreciar a importância ou mérito da intervenção e permitir uma ligação que esclareça o contexto desta e sua inserção no meio (político, econômico, cultural, sociodemográfico, organizacional) (SANTOS *et al*, 2010).

Segundo Furtado e Laperrière (2011), os processos de avaliação, no Brasil, começaram a entrar em evidência a partir dos anos de 1990 em decorrência do aumento das iniciativas ligadas às políticas públicas sociais, no contexto da Constituição de 1988 que amplia os direitos civis dos cidadãos brasileiros.

Ainda segundo os autores, o Sistema Único de Saúde (SUS), nessa perspectiva, configura-se como um projeto social do país, tornando-se objeto de questionamento quanto à sua efetividade, o que estimulou o aparecimento de demandas de avaliação de ações e serviços, assim como do seu gerenciamento.

Com o aumento dos direitos civis, passaram a existir novas demandas para o sistema de saúde. Nesta conjuntura, na busca por respostas que confirmem as necessidades de políticas, programas e serviços de saúde ofertados à população, a avaliação passou a ser indispensável (FACCHINI et al, 2008).

2.3 Conceito de indicadores

Indicadores são parâmetros, de cunho quantitativo ou qualitativo, municiado de significação própria e utilizado para captar e organizar os dados pertinentes dos elementos que constituem o objeto da observação. “É um recurso metodológico que informa empiricamente sobre a evolução do aspecto observado” (BRASIL, 2010, p. 21).

A definição do termo ‘indicador’, do ponto de vista científico, varia pouco de um autor para outro. Em geral, os pesquisadores consideram que os indicadores constituem parâmetros quantitativos e qualitativos que servem para detalhar se os objetivos de uma proposta estão sendo bem conduzidos (a valiação de processo) ou foram alcançados (a valiação de resultados). Como uma espécie de sinalizadores, a maioria dos indicadores dá ênfase ao sentido de medida e balizamento de processos de construção da realidade ou de elaboração de investigações avaliativas (TONHOM et al, 2014, p. 332).

Os indicadores são de fundamental importância nos procedimentos de monitoramento e avaliação, eles possibilitam que os gestores possam acompanhar a realização das metas previstas e contribuem para a tomada de decisões, contribuindo para uma contínua melhoria nos processos de análise de desempenho e processos organizacionais (PEREIRA e GROISMAN, 2014).

O bom rendimento de um processo está ligado diretamente a uma boa relação de desempenho entre tempo, custo e qualidade. O gerenciamento do processo permite a compreensão do seu desempenho e permite a sua evolução. A instauração de indicadores de desempenho aponta nos processos das organizações as falhas as serem corrigidas e oportuniza as melhorias (ALBUQUERQUE e MARTINS, 2017).

Ainda, segundo Albuquerque e Martins (2017), no ramo da saúde, fatores que desempenham os processos têm metas que entram em conflito com a redução de custos, acesso aos serviços, à qualidade e satisfação dos pacientes. Desta maneira, o processo para a ocorrência de avaliação e desempenho torna-se algo muito mais complexo.

2.4 Início do monitoramento e avaliação no Brasil

No Brasil, os estudos que visam políticas públicas só iniciaram recentemente. Tendo-os ainda como esporádico, dando destaque a apreciação das composições e instituições ou, ainda, da caracterização dos métodos de negociação das políticas. Nos Estados Unidos, as pesquisas de ciência política iniciaram ainda no começo da década de 50 (FREY, 2020).

Ainda segundo Frey, (2020) levando em vista que no continente europeu, mais especificamente na Alemanha, só se deu início com a socialdemocracia a preocupação com o planejamento e as políticas públicas ganham força, estendendo aos campos setoriais no início dos anos 70.

No final do século XX, com o aprofundamento da crise do *welfare state*, com as convulsões econômicas, sociais e políticas enfrentadas, principalmente a partir do final da década de 1970, junto com o movimento da nova administração pública, o Estado é fortemente questionado tanto em suas funções quanto na real e eficácia de suas ações interventoras na realidade social. Aceitando-se que a compreensão do sucesso e do fracasso das políticas públicas é fundamental para o melhor desempenho da administração pública, passa-se a algumas considerações sobre o Estado em ação (TREVISAN e BELLEN, 2018, p. 530).

O Brasil, historicamente, sempre esteve mais voltado à implementação de políticas do que na busca de conteúdo técnico para o monitoramento e avaliação. No entanto, esse cenário vem mudando gradualmente nos últimos anos. Avaliação e monitoramento têm ganhado espaço, passando ser itens obrigatórios dos programas do Estado e ganhando relevância no âmbito acadêmico (NOGUEIRA e CAVALCANTE, 2009).

Nas últimas três décadas, a transformação deu-se por meio da mudança entre sociedade e governo no mundo inteiro. No Brasil, esta relação começou a sofrer mudanças na crise dos anos 70 e a democracia das décadas seguintes, quando o Estado passou a lidar com contenção de gastos e a população demandando ações mais efetivas (NOGUEIRA e CAVALCANTE, 2009).

Segundo Bueno e Carloto (2015), a avaliação de políticas sociais ganha relevância na década de 1980 com o agravamento e escassez de recurso, exigindo políticas mais eficientes. Com forte pressão de movimentos sociais cobrando políticas universalizantes e participação da sociedade civil nas decisões políticas.

Ainda segundo os autores, o aumento dos processos de avaliação deu-se por conta de órgãos internacionais de financiamento, como por exemplo, o Banco Mundial, que começaram a exigir como requisito para os repasses financeiros, a avaliação. Cobrando a eficiência, eficácia e efetividade dos recursos.

A institucionalização, no Brasil, faz parte de uma amplitude procedimental da construção da democracia e do processo de profissionalização da administração pública. Apenas após a constituição de 1988 que foi se constituindo um complexo de comandos de distintas propriedades (VAITSMAN e PAES-SOUSA, 2011).

De acordo com Bueno e Carloto (2015), ao longo do tempo, a administração pública do Brasil não desenvolveu a cultura de avaliar as políticas e programas sociais. O controle estabelecido é de forma financeira e econômica, limitado ao controle de gastos, caracterizando-se como atividades de cunho fiscalizatório.

Ainda segundo Bueno e Carloto (2015), monitoramento e avaliação dos processos acabam se tornando ferramentas de restrições econômicas de natureza quantitativa, e com a resistência dos órgãos governamentais para a realização do controle e, conseqüentemente, a transparência.

Segundo Vaitsman e Paes-Sousa (2011), o processo de avaliação depende de um conjunto de circunstâncias, dentre elas a decisão política de implementar uma metodologia de monitoramento e avaliação, dependendo ainda de recursos financeiros, físicos e de pessoas. Ficando ainda na dependência da cooperação dos membros da organização.

Bueno e Carloto (2015) afirmam que podemos compreender a importância de avaliar o gerenciamento das políticas públicas e dos programas sociais, se levarmos em consideração que historicamente estes sempre se caracterizaram como seletivos, excludentes e fragmentados.

Os autores ainda destacam que os estudos de avaliação não devem ser voltados apenas para os dados quantitativos, mas que também deva ser atribuída importância a dados qualitativos, para que, com isso considere também a qualidade dos projetos e as suas conseqüências para o bem-estar dos habitantes.

3 METODOLOGIA

Este trabalho acadêmico de conclusão de curso tratou os dados referentes ao HIV/AIDS no período entre 2017 a 2019. O seguinte período é em decorrência do prazo mais atual e de apresentar maior relevância para os processos de análise e as tomadas de decisões estratégicas de como abordar os agravos no Estado do Tocantins.

O fundamento da ciência é conferir a autenticidade dos fatos. A ciência nesse sentido não se diferencia das demais formas do saber. O que permite que o conhecimento científico seja diferente dos outros é sua característica primordial de ser testada a sua verificabilidade (GIL, 2008).

A Relevância das disciplinas voltadas à metodologia científica é fornecer a capacidade para os alunos poderem organizar, selecionar e preparar de maneira científica os acontecimentos. Sendo assim, a ampliação do conhecimento deve ser elencada por trabalhos que sejam pautados com compreensão científica (NASCIMENTO, 2010).

A metodologia é importante para reduzir os erros do estudo aplicado, para Silva (2014), o conhecimento amotódico pode ser considerado vulgar ou de senso comum. Transmitindo o conhecimento de pessoa para outra, sem a comprovação de sua eficácia, e replicada em diversas tentativas podendo trazer resultados de erros e também de acertos.

A Metodologia Científica é, etimologicamente, um discurso sobre o caminho que alguém deve percorrer se pretende fazer ciência. Em outros termos, a Metodologia Científica é uma disciplina que capacita alguém a avaliar métodos, identificando limitações e implicações que dizem respeito às suas utilizações (NASCIMENTO, 2010, p. 9).

A metodologia indica qual foi o caminho percorrido pelo pesquisador para desenvolver sua pesquisa, permitindo que o seu resultado seja verificado por outros pesquisadores/estudiosos, podendo esses replicarem o estudo em outras áreas ou em diferentes contextos (SILVA, 2014).

A metodologia é a maneira científica de garantir que o estudo seja considerado legítimo. Avaliando os procedimentos utilizados para chegar ao resultado, levando em consideração o caminho percorrido, as técnicas aplicadas e as ações tomadas durante o desenvolvimento da pesquisa (NASCIMENTO, 2010).

A ciência e seus métodos não são algo considerado imutável, completamente definido. Com uma imensa dinâmica, busca uma constante melhoria e renovação. Devendo os

pesquisadores seguirem métodos para que seus estudos possam ser averiguados e, até mesmo, complementados por outros pesquisadores (SILVA, 2014).

A Metodologia Científica relaciona, de forma inseparável, referenciais epistemológicos, métodos e procedimentos técnicos. Quando se decide por um ou mais métodos de pesquisa, o pesquisador deve compreender que sua concepção tem uma dimensão fundamentalmente histórica e que depende da especificidade do objeto investigado (NASCIMENTO, 2010, p. 9).

Metodologia não segue uma única forma, não se encontra inerte e não segue apenas um caminho de investigação científica. Assim, pode-se afirmar que não existe um método científico geral, e que todos os pesquisadores devem seguir uma receita única e imutável, por isso se faz necessário deixar claro e estender a metodologia traçada (NASCIMENTO, 2010)

A Metodologia Científica avalia tanto os preceitos das várias formas de métodos quanto suas aplicações na construção do conhecimento científico. Ela tem como objetivo capacitar o aluno a fazer uma leitura crítica da realidade e da própria produção do conhecimento. Para isso, disponibiliza recursos epistemológicos, lógicos e técnicos para a formação do espírito científico e acadêmico do aluno. (NASCIMENTO, 2010, p. 11)

Metodologia é a parte sistemática do trabalho em que pode ser avaliada a lógica dos métodos empregados pelo investigador durante as etapas de elaboração do projeto, sua validação e relação com os processos da ciência e os fundamentos utilizados. Os procedimentos podem sofrer variações de acordo com a área da pesquisa. Esses elementos diferenciam metodologia científica de outras ciências (OLIVEIRA, 2011).

3.1 Abordagem e tipo de estudo

Dos vários meios possíveis, o que foi tido como o mais adequado para se abordar neste projeto de término de curso, dar-se-á por meio da análise dos dados e documentos oriundos da Secretaria Estadual de Saúde. O estudo visa ponderá-los, verificando as conformidades com as normativas emitidas pelo Ministério da Saúde. Sopesando seu devido cumprimento pela correlata pasta estadual.

Ao iniciar uma pesquisa e fazer análises sobre o objeto que se pretende pesquisar, o investigador tem à sua disposição inúmeros instrumentos metodológicos. O direcionamento da pesquisa é determinado por diversos aspectos, dentre eles, a natureza do componente analisado, os alvos do estudo e a linha de pensamento que guia o investigador (SÁ-SILVA, 2009).

Muitos pensadores do passado manifestaram a aspiração de definir um método universal aplicável a todos os ramos do conhecimento. Hoje, porém, os cientistas e os filósofos da ciência preferem falar numa diversidade de métodos, que são determinados pelo tipo de objeto a investigar e pela classe de proposições a descobrir. Assim, pode-se afirmar que a Matemática não tem o mesmo método da Física, e que esta não tem o mesmo método da Astronomia. E com relação às ciências sociais, pode-se mesmo dizer que dispõem de grande variedade de métodos (GIL, 2008, p 27).

Para a ciência, método não é apenas a apresentação dos passos tomados na pesquisa. Assim, não deve ser considerada apenas a descrição dos processos, do percurso percorrido e as ações tomadas pelo pesquisador para chegar até determinado resultado encontrado na pesquisa que desenvolveu (OLIVEIRA, 2011)

Ainda segundo Oliveira (2011), falar de método é o caminho para buscar entender quais os motivos a que levaram com que o pesquisador escolhesse esse caminho, e não outro/outros para desenvolvimento da pesquisa. São esses métodos que explicaram a escolha da forma de se fazer ciência.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo (GIL, 2008, p. 45).

Pesquisa bibliográfica é a etapa em que o pesquisador faz o levantamento de fatos e dados por meio de revisão e análise de matérias publicadas por outros pesquisadores já consagrados. Podendo ser livros, periódicos, documentos, fotos, cartas, artigos e, até mesmo, trabalho de outros acadêmicos (PRAÇA, 2015).

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. Por exemplo, seria impossível a um pesquisador percorrer todo o território brasileiro em busca de dados sobre a população ou renda per capita; todavia, se tem à sua disposição uma bibliografia adequada, não terá maiores obstáculos para contar com as informações requeridas. A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários. (GIL, 2008, p.3)

Metodologia científica é uma ferramenta que permite ter uma análise global por meio da edificação do conhecimento. O conhecimento dá-se quando o investigador anda pelo caminho do saber, levando o conjunto de ensinamentos e aprendizagem. Podemos afirmar então que metodologia é o caminho que o pesquisador deve fazer para chegar ao objetivo da pesquisa (PRAÇA, 2015).

3.2 Desenvolvimento da pesquisa

O desenvolvimento desta pesquisa deu-se por meio de três distintos passos:

- A) Seleção do conteúdo empregado para o projeto;
- B) Em seguida, a separação do material para estudo;
- C) Findando-se através de profunda análise e tratamento das informações obtidas por meio de estudo do material. Expondo os resultados obtidos nos estudos.

No caso dessa pesquisa mencionada, o seu desenvolvimento ocorre por meio dos materiais obtidos junto ao Ministério da Saúde, através de seu sítio eletrônico. Levando em conta os objetivos do trabalho e elucidando as informações adequadas para a chegada do resultado.

A consolidação deste projeto também veio por meio de coleta de documentos, tratamento e a análise dos documentos obtidos. Esses tais documentos foram adquiridos através do site do Ministério da Saúde, bem como, pelo sítio eletrônico da repartição estadual de saúde do Tocantins, outros portais públicos e por via da SES-TO e seus anexos.

É essencial saber gerir algumas fontes documentais, mesmo aquelas que não fornecem tantas informações, pois serão essas elas que esclarecerão o investigador. A análise inicia-se mediante exame crítico e detalhado, tornando-se assim a primeira análise documental do projeto (POUPART et al, 2008).

Um pesquisador que irá realizar uma pesquisa documental deve ter como meta edificar um corpo satisfatório de informações, extrair todas as pistas que possam ser capazes de suprir com informações pertinentes a sua pesquisa e deixá-la mais interessante (POUPART *et al*, 2008).

3.3 Técnicas da pesquisa

Empreendeu-se análise sobre os dados pré-existentes junto à Secretaria Estadual de Saúde, tabulando-se estes para verificação de conformidades com o pré-estabelecido pelo Ministério da Saúde, principalmente no tocante aos protocolos orientadores e normativos emitidos pelo Ministério da Saúde, verificando seu devido cumprimento pela correlata pasta estadual.

A memória é um recurso com uma série de limitações e ninguém seria capaz de memorizar tudo. Com o passar do tempo essa memória pode sofrer alterações nas lembranças, alguns fatos podem cair no esquecimento. O documento é o que possibilita reconstruir lembranças e torná-las fidedignas (POUPART et al, 2008).

A análise documental é extremamente importante para o investigador, essa técnica permite que seja reconstituída qualquer coisa referente a um passado distante, pois por meio dos vestígios possibilita ao investigador ter quase em sua totalidade os dados passados (POUPART et al, 2008).

A utilização de documentos na pesquisa deve ser considerada e dada mais importância. A sua utilização em várias áreas como as ciências humanas e sociais se explica graças a riqueza e abundância das informações, permitindo ao investigador compreender o objeto de seu estudo, o qual é preciso ter um contexto histórico e social que o emprego dessa técnica permite (SÁ-SILVA et al, 2009).

Quando um pesquisador utiliza documentos objetivando extrair dele informações, ele o faz investigando, examinando, usando técnicas apropriadas para seu manuseio e análise; segue etapas e procedimentos; organiza informações a serem categorizadas e posteriormente analisadas; por fim, elabora sínteses, ou seja, na realidade, as ações dos investigadores – cujos objetos são documentos – estão impregnadas de aspectos metodológicos, técnicos e analíticos (SÁ-SILVA et al, 2009, p.4).

A análise documental privilegia um estudo mais globalizante, o conceito de documento sofreu uma grande ampliação. Tudo que é uma forma de reconstituição do passado passa ser considerado documento ou fonte. Podendo ser tratado não só como textos escritos, como de naturezas cinematográfica, icônica ou outra maneira de testemunho (POUPART et al, 2008)

3.4 Análise da pesquisa

Para que se possa realizar a inspeção dos dados de uma pesquisa, é necessário tratar as informações coletadas para que possam possibilitar a elaboração de um roteiro para a execução dos estudos e só então segue as análises. Essa etapa do trabalho decorreu nas seguintes fases:

- A) Definir todo o material a disposição para estudos;
- B) Organizar de forma sistemática todas as informações levantadas;
- C) Fazer a interpretação das informações levantadas nas fases anteriores do estudo.

A análise dos resultados é a etapa em que o investigador poderá confirmar se a hipótese inicial da pesquisa estará correta ou se o resultado refutará essa hipótese. As ferramentas utilizadas para a análise devem ser demonstradas e verificadas para aferir se darão as condições necessárias para responder corretamente à pesquisa (PRAÇA, 2015).

Com toda a análise preliminar do trabalho concluída, chega-se ao momento de reunir todos os elementos da problematização, autores, interesses, natureza do texto, confiabilidade. Com tudo isso o pesquisador poderá emitir uma interpretação mais assertiva dos resultados em relação ao questionamento inicial (POUPART et al, 2008).

4 RESULTADOS ESPERADOS

Esse capítulo tem como intuito responder às hipóteses levantadas desta monografia, assim como elencar e apontar as questões suscitadas, aclarando os objetivos propostos. Capítulo este que tem grande valia, com contribuições importantes para se entender a real situação em que se encontra o Estado do Tocantins no enfrentamento do HIV/AIDS.

4.1 Os mecanismos de efetividade e eficácia dos processos de monitoramento e avaliação de indicadores instituídos pela Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins.

Políticas públicas são conjuntos de diretrizes legais adotadas pelo Estado com o objetivo de solucionar problemas ou fazer frente às demandas da sociedade. O Estado deve determinar as estratégias, estabelecer os responsáveis pelas etapas e sanar as necessidades advindas das demandas, quando do início das ações previamente e estrategicamente delineadas.

Os mecanismos adotados pelos gestores dependem de uma interface com a população do Estado, criando um vínculo de confiança entre as partes envolvidas nos processos. A sociedade cobra por ações ao combate da AIDS desde antes das primeiras medidas tomadas pelos órgãos de saúde.

Atualmente as medidas adotadas pelo Estado, tais como os testes fornecidos por este, geram os dados para determinar as diretrizes a serem tratadas. As estratégias de distribuição vão de acordo com cada Estado e, até mesmo, dos municípios, cada um levando em conta as suas particularidades.

Os resultados dos boletins são apresentados por Estados e regiões do país e consideram as variáveis: sexo, idade, categoria de exposição, raça/cor e escolaridade. As publicações são produzidas a partir de dados transferidos das secretarias estaduais de saúde ao Setor de Produção do DATASUS, do Ministério da Saúde. (Boletim epidemiológico, Ministério da Saúde, número especial, dez. 2019, p.24).

Segundo o Ministério da Saúde (Datasus), o primeiro mecanismo indicador é o número de novos casos contraídos de HIV, registrados para cada cem mil habitantes, da população que reside naquela determinada região, nos anos a serem considerados. No presente caso, no Estado do Tocantins nos anos de 2017 a 2019.

Conforme a agência governamental, a confirmação dos casos de AIDS baseia-se em critérios preestabelecidos e adotados pelo próprio Ministério da Saúde. As medidas adotadas pelo Ministério são vigentes para todo o território nacional, orientando as ações a serem adotadas no tocante à vigilância epidemiológica.

No Tocantins, essas diretrizes também devem ser seguidas. A agência de DST/AIDS e hepatites virais é a responsável no Estado por assessorar, monitorar e vigiar todas as ações voltadas para a vigilância epidemiológica das infecções sexualmente transmitidas nos 139 municípios do Estado.

No presente momento, a gerência da área técnica é dividida nas principais cidades do Estado, contribuindo para melhor assessorar e para subsidiar cada região e as suas pertinentes demandas existentes. Os subsídios nesses centros vão desde a prevenção, diagnóstico, vigilância até o manejo clínico das IST/AIDS e Hepatites virais, veja-se informação prestada pela SES-TO, neste sentido:

Assessora técnica e operacionalmente os cinco Serviços de Assistência Especializada (SAE) do Estado localizados em Araguaína, Gurupi, Palmas e Porto Nacional, onde são atendidas e acompanhadas as Pessoas Vivendo com HIV/AIDS – PVHIV, Infecções Sexualmente Transmissíveis – IST's e Hepatites Virais (SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE DO TOCANTINS, S/D).

É de responsabilidade da agência de IST/AIDS e Hepatites virais os fluxos referentes à triagem para sífilis e hepatites B e C, testes rápidos de HIV, e elementos para prevenção (preservativos masculino, feminino e gel lubrificante). Também como distribuição e controle dos medicamentos para doenças oportunistas (AIDS), antirretrovirais utilizados como medicamentos supressores do HIV, e leite para as crianças de 0 a 6 meses filhos de mãe com HIV.

Segundo o site da SES-TO, este é alimentado com gráficos informativos sobre a situação epidemiológica de HIV/AIDS, sífilis e outras infecções sexualmente transmissíveis. Estes informativos estão disponíveis dos períodos de 2014 a 2018.

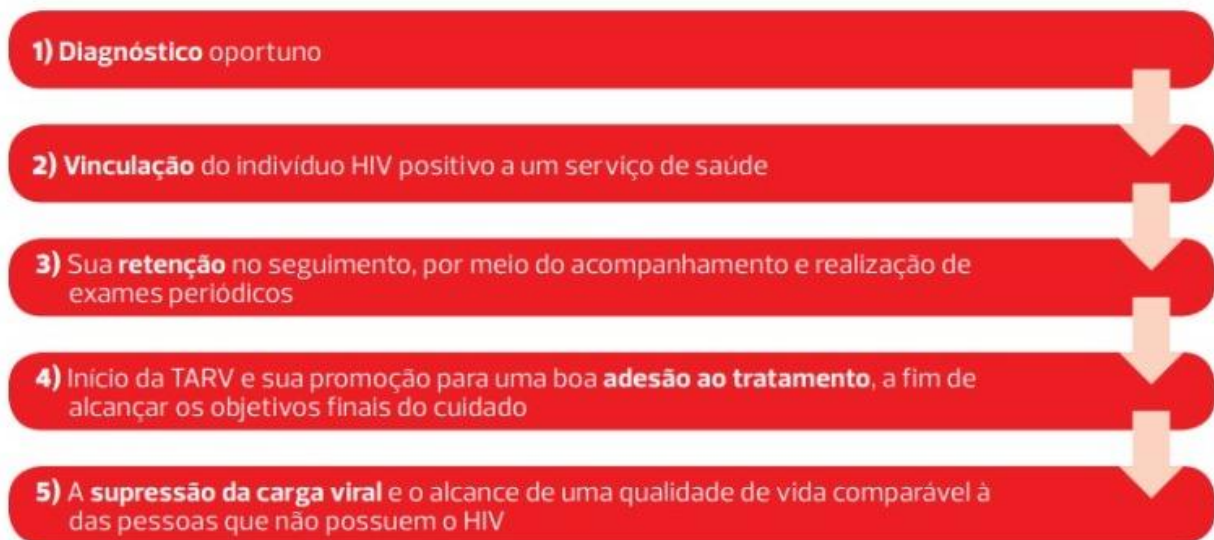
O informativo tem por sua vez o objetivo de proporcionar a compreensão do atual cenário epidemiológico no Estado, permitindo-se ter análise para o controle das IST, subsidiando o planejamento das ações de enfrentamento e a promoção dessas ações, prevenção e as medidas de tratamento.

Seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde, servindo como norteadoras para os profissionais da área, trazendo também o conhecimento geral de como

encontra-se a situação populacional em termos da saúde. Permitindo fortalecer o sistema de vigilância vigente no Estado, caracterizando a dinâmica da epidemia.

Os cuidados com o HIV/AIDS devem ser de maneira constante. De forma ampla para que se direcione no tocante à prevenção de novos contaminados, tratamento, orientação, acolhimento, acompanhamento e apoio dos profissionais da saúde para com as pessoas convivendo com o HIV.

Figura 1 – Cascata de cuidados

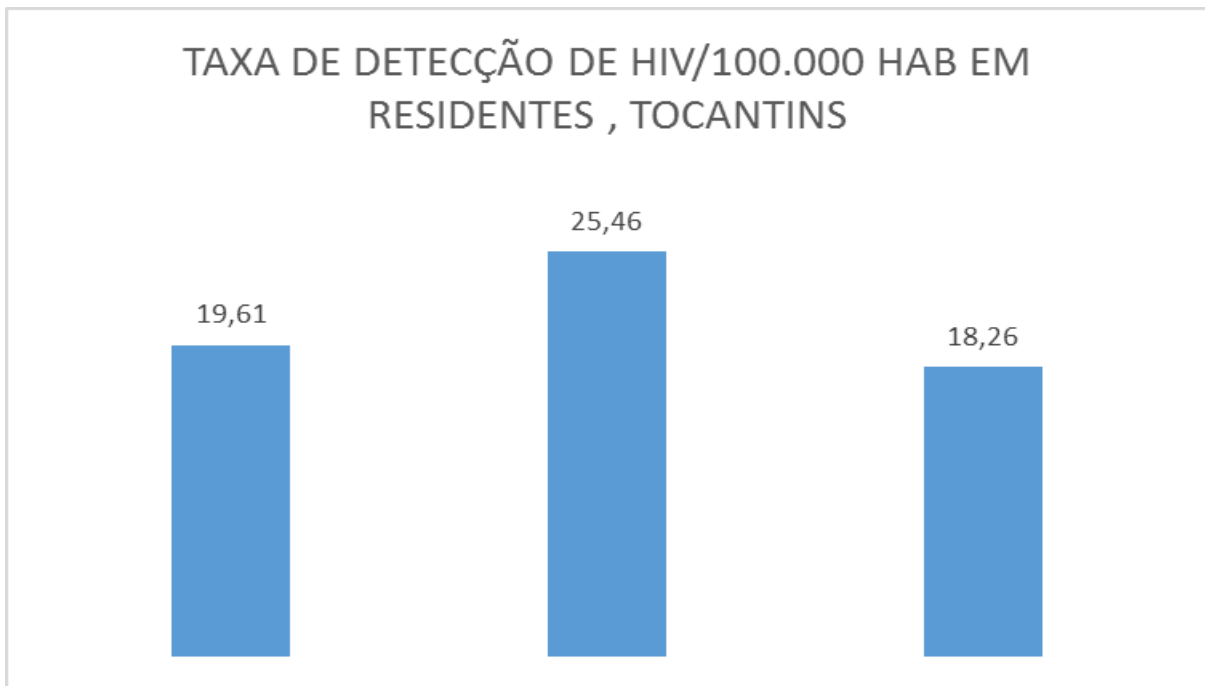


*Fonte: Ministério da Saúde (2018)

Cinco momentos são representados como uma sequência de degraus na chamada **Cascata de cuidado contínuo do HIV**, e tem sido usado globalmente para estabelecer metas e monitorar os avanços relativos ao cuidado das PVHIV. No que diz respeito ao cuidado clínico e a atuação nos serviços brasileiros, definem-se os momentos de “vinculação”, “retenção” e “adesão” (Ministério da Saúde, 2018, s/p).

Diagnóstico: Nos casos das infecções sexualmente transmissíveis, os dados são conceituados em números de novos casos para cada 100 mil residentes em um determinado espaço geográfico no ano considerado. Critérios recomendados pelo Ministério da Saúde para melhor orientar ações de vigilância epidemiológica em todo o país.

Gráfico 1 – Taxa de detecção 2017 a 2019



Fonte: Adaptado pelo autor do site Ministério da Saúde – SINAN (2019)

O gráfico acima representa a quantidade de pessoas que tiveram resultados positivos nos exames de detecção para o HIV. Seguindo a orientação do Ministério da Saúde de contabilizar a taxa de novos episódios para cada 100 mil habitantes. Estes dados são do Estado do Tocantins, entre os anos de 2017 a 2019.

O Estado apresentou uma taxa de detecção maior do HIV que a média nacional, dado que, segundo o Ministério da saúde, as taxas de detecção foram de 18,6/100 habitantes em 2017; 18,2/100 habitantes em 2018 e 18,7/100 habitantes em 2019. Tendo ficado com uma taxa de 7,2 acima da média nacional no ano de 2018.

Quadro 1 – Municípios menos testados

Município	Quantidade de testes realizados		
	2017	2018	2019
Aurora do Tocantins	1	-	-
Caseara	-	1	-
Centenário	1	-	-
Marianópolis do TO	-	1	-
Mateiros	-	1	-
Sandolândia	-	-	1

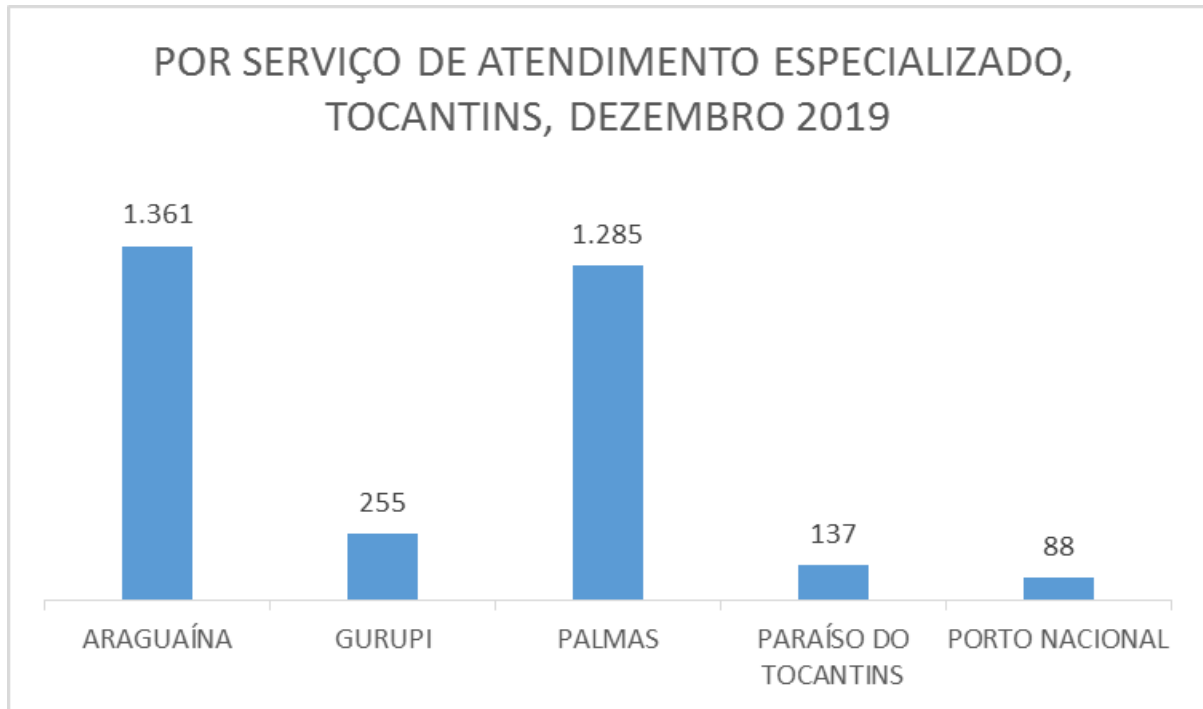
*Fonte: Adaptado pelo autor do site Ministério da Saúde – DATASUS (2019)

O diagnóstico deve ser oportuno, os pontos de atendimentos devem estar disponíveis e acessíveis em todos os municípios, não podendo deixar a população desassistida e com ausência de testagem. Ficando a responsabilidade da gestão municipal de elaborar meios para atrair ou ir até a população se assim for necessário.

Vinculação: é a parte do processo responsável pelo acolhimento, instrução, direcionamento e encaminhamento aos sistemas de saúde, dos pacientes que são diagnosticados recentemente com HIV. O mais rápido possível deve-se realizar os primeiros exames e as instruções para os cuidados contínuos. O paciente é considerado vinculado quando faz a primeira consulta na unidade em que ele foi encaminhado e inicia o tratamento.

Retenção: momento em que é realizado o acompanhamento clínico e regular da PVHIV que já foi vinculada ao sistema de saúde. Considerando a autonomia do paciente, a retenção busca que ele não falte às consultas e realize os exames e dê seguimento ao tratamento, fazendo a retirada dos medicamentos antirretrovirais.

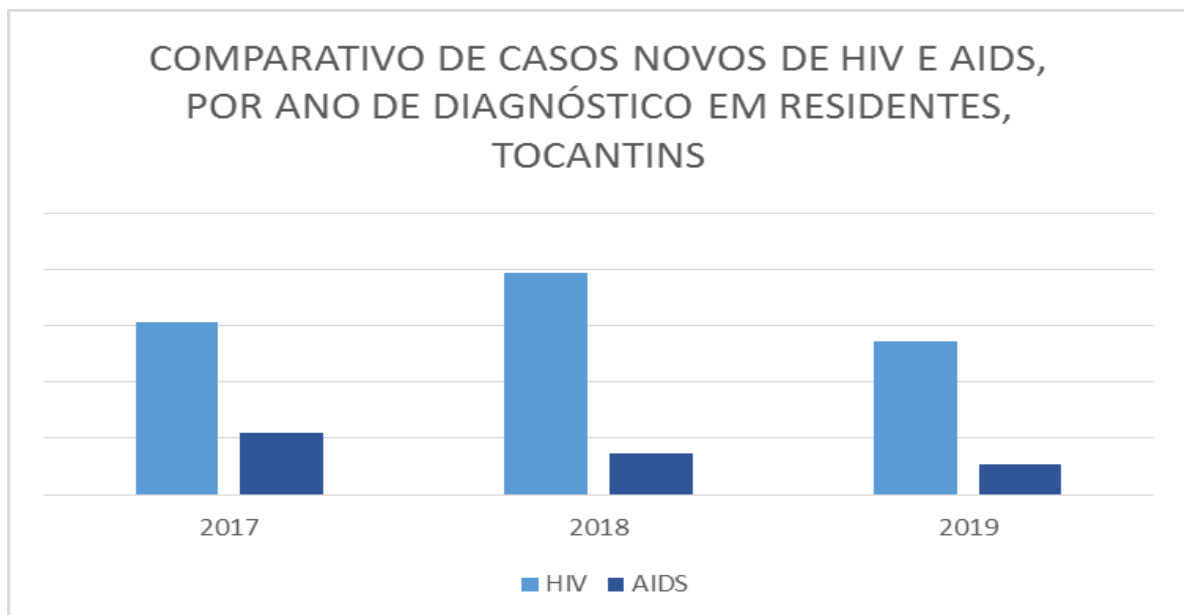
Gráfico 2 – Atendimento SAEs dezembro 2019



*Fonte: Adaptado pelo autor do site Ministério da Saúde– SICLOM (2019)

Adesão ao tratamento: constitui em facilitar a aceitação e a integração dos esquemas terapêuticos, nos quais o paciente deverá utilizar os medicamentos antirretrovirais o mais próximo possível pelo prescrito pela equipe de saúde, como os horários corretos, doses e outras indicações.

Gráfico 3 – Comparativo de novos casos HIV e AIDS



*Fonte: Adaptado pelo autor do site Ministério da Saúde– SINAN (2019)

O gráfico separa os casos de detecção de HIV dos casos evoluíram para a AIDS (Doença reação do HIV), no Estado do Tocantins, entre os anos de 2017-2019. A rápida adesão ao tratamento ajuda a conter a carga viral e dificultar o desenvolvimento da infecção.

Esse passo-a-passo tem sido utilizado mundialmente para estabelecimentos das metas e estratégias de enfrentamento do HIV/AIDS, o Brasil, por meio do Ministério da Saúde, recomenda para seus entes federativos o uso desse método para a confecção das estratégias regionais de acompanhamento epidemiológico.

O Tocantins segue os métodos dessa “cascata de cuidados” utilizada mundialmente e recomendada pelo Ministério da Saúde, apresentando resultados que se mostram efetivos. Pois tem apontado uma singela melhora nas taxas de novos casos de detecção de pessoas com HIV/AIDS, dado que se obteve uma taxa de 25,46 novos caso para cada 100 mil habitantes em 2018 e essa taxa baixou no ano seguinte para 18,26.

4.2 Fluxo de monitoramento e avaliação de indicadores da secretaria de Estado da saúde do Tocantins.

No Estado do Tocantins, as orientações e capacitações dos técnicos em saúde é de responsabilidade da Secretaria de Saúde Estadual. A Gerência Estadual de DST/HIV/AIDS, sífilis e hepatites virais é a responsável pelas logísticas e capacitações dos técnicos ao que diz respeito ao enfrentamento desses agravos.

Seguindo as orientações formuladas a partir da “cascata de cuidados”, o diagnóstico oportuno é um importante passo a ser seguido, em razão da identificação de maneira precoce de pessoas expostas aos riscos das infecções sexualmente transmissíveis. Permitindo de maneira mais célere dar início ao tratamento, notificar e investigar cada caso.

Uma maneira utilizada para a testagem de vários indivíduos, de maneira prática e rápida, é o uso de testes rápidos. Esses testes permitem fazer uma triagem em larga escala ou em pessoas que buscam os serviços de testagem disponibilizados pelo SUS por meio das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e das Unidades de Pronto Atendimento (UPA).

A unidade de gestão estadual desses agravos fornece qualificação e capacitação aos agentes das unidades para a realização desses testes. Dando à população, de modo geral, acesso aos testes, que possibilitam o mais rápido possível o início ao tratamento de um indivíduo que tem seu teste com resultado positivo, preservando dessa maneira o sistema imunológico e reduzindo o risco deste indivíduo seguir transmitindo a doença.

Segundo a SES-TO, é possível a realização das testagens nas Redes de Atenção à Saúde (RAS), podendo se dar por meio das RAS filantrópicas, federais, estaduais ou municipais. Os testes podem ser através de fluido oral para a triagem do HIV, soro, plasma ou o sangue em sua totalidade.

Ainda segundo a Secretaria, o fluxo de testagem rápida dá-se no âmbito da Redes de Atenção à Saúde (RAS). Retro argumentado, tem-se que as RAS podem ser da esfera federal, ou seja, do Ministério da Saúde ou, ainda, na rede de saúde mantida pelo Estado, pelos Municípios em suas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e/ou Unidades de Pronto Atendimento (UPA), ou nas redes filantrópicas/ONGs.

Outro ponto recomendado de testagem pela Secretaria é na Rede Cegonha, em que esses testes rápidos para a triagem do HIV/AIDS deverão ser realizados nas gestantes durante o pré-natal, durante o primeiro e terceiro trimestre de gestação. Os testes deverão novamente ser realizados após o parto, aborto ou nos casos em que foi dada à luz a um feto morto.

A Rede Cegonha é um programa governamental, da esfera federal, através do Ministério da Saúde, e que é seguida oportunamente pela correlata pasta do Estado do Tocantins. Lado outro, o objetivo do citado programa de apoio a gestantes vai além da simples testagem de HIV, posto que objetiva dar um melhor acompanhamento e bem-estar às gestantes no decorrer de todo o período gestacional e abrangendo também o pós-parto.

Os testes rápidos não têm necessidade de serem realizados dentro de ambiente laboratorial, pois são de simplicidade procedimental, porém esses testes devem ser realizados por agentes capacitados. Facilitando as campanhas para testagem de todos aqueles que desejam saber como está o status sorológico para o HIV, ou que suspeitam de terem se contaminados através de relação sexual desprotegida ou expostos a conteúdos biológicos suspeitos.

4.2.1 Vinculação/tratamento

A área técnica responsável pelos serviços de assistência especializada no Tocantins é dividida de forma estratégica em cinco das principais cidades do Estado. Em Palmas (a capital), em Gurupi (maior cidade da região sul), em Araguaína (maior cidade da região norte), em Paraíso e em Porto Nacional (cidades com maior número de habitantes). Onde as pessoas vivendo com HIV são atendidas e acompanhadas para o controle terapêutico das infecções sexualmente transmissíveis.

Estas cidades são apoio para a ramificação e distribuição dos preservativos, materiais de campanha e medicamentos antirretrovirais para os demais municípios do Tocantins. O primeiro protocolo é a profilaxia pós-exposição (PEP), esse medicamento distribuído na rede do Estado serve para reduzir o risco de uma pessoa, que tenha se exposto ao vírus, venha a contrair uma infecção sexualmente transmissível.

Para garantir a vinculação, o Estado adota uma medida em que pacientes já vinculados podem retirar em um dos pontos de apoio os medicamentos suficientes para três meses de tratamento, mas a cada período de seis meses devem-se fazer novos exames para a verificação das células CD4 (células do sistema imunológico) e a carga viral no indivíduo.

No momento ainda não se conhece uma cura para o HIV/AIDS, mas os medicamentos antirretrovirais conseguem um bom controle das cargas virais, esses medicamentos são disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), desde 1996. Esses medicamentos têm a função de conter o avanço do vírus no corpo do seu hospedeiro, dando uma melhor qualidade e expectativa de vida para este.

Além do controle da carga viral, as Terapias Antirretrovirais (TARV) permitem uma melhor qualidade de vida para as pessoas portadoras HIV. Medicamentos estes que conseguem prolongar a vida do paciente e, assim, têm relevância significativa na baixa mortalidade provocada pela AIDS. Tornando de grande valia as campanhas do Estado para o tratamento e manter a vinculação dos pacientes nesses protocolos.

Sendo assim, também é de encargo da Secretaria Estadual de Saúde o treinamento dos técnicos para acolher os pacientes, orientá-los, e fornecer os medicamento antirretrovirais e para fazer o tratamento o mais próximo possível da orientação médica, aumentando a efetividade do tratamento.

4.3 Metas estaduais dos indicadores de AIDS

O Tocantins obtém instruções para campanhas e procedimentos diretamente do Ministério da Saúde, através de protocolos/informativos, mas tem autonomia para decidir como irá proceder em relação à capacitação dos técnicos, municípios, distribuição, logística e campanhas. Nesse mesmo sentido, os municípios recebem as capacitações, mas também têm autonomia para desenvolver suas estratégias de enfrentamento.

O Ministério da Saúde nesse cenário tem um papel fundamental, provendo recursos, materiais e sendo o principal órgão orientador, salienta-se que o poder decisório emana do

ente federativo local. Permitindo que este promova suas próprias medidas, de forma flexível e consentindo com uma melhor adequação às diversidades que cada Estado enfrenta.

A contrapartida exigida pelo Ministério da Saúde para os Estados é a alimentação dos sistemas de dados, p.ex. SICLON, SINAN e também o aplicativo TABNET desenvolvido pela DATASUS. Estes servem para mensurar a situação epidemiológica enfrentada no país, servindo de base para as medidas que devem ser tomadas. Permitindo analisar todo o país, regiões, Estados, macro e microrregiões e até municípios.

O maior propósito do levantamento de dados pelos Estados é, após a sua tabulação, estabelecer as devidas orientações de enfrentamento para cada uma das três esferas dos entes federativos. E para a atualização e ampliação constante destes dados, estipula-se uma meta fixa para cada um dos Estados. Esta meta tem como base a quantidade de testes realizados no ano anterior, tendo como objetivo do ano vigente conseguir uma quantidade que supere em pelo menos 15% na testagem do HIV.

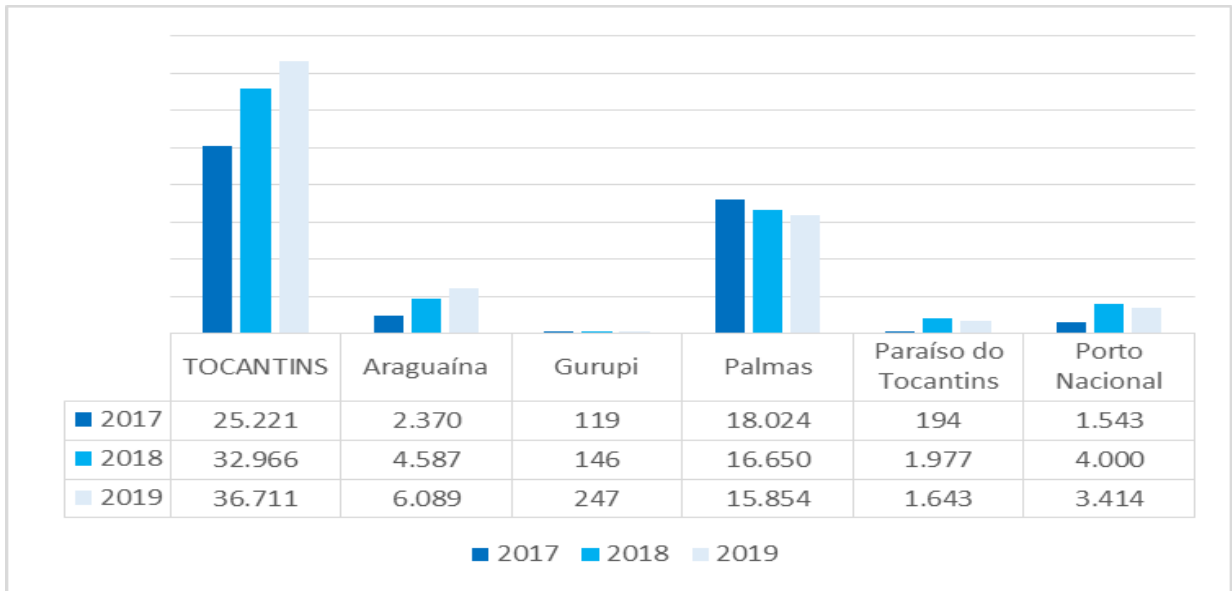
São realizadas cinco categorias básicas de testes para diagnóstico do HIV no país até a data de publicação dessa pesquisa. Fazendo-se extremamente necessário para o cálculo da meta, a devida somatório de todos esses tipos. Os Testes são o “Elisa” (Anti-HIV-1 + HIV-2) para o primeiro diagnóstico, “Western Blot” (Anti-HIV-1) para confirmação do primeiro teste, teste por “Imunofluorescência” caso os dois primeiros tenham dado positivos/inconclusivos, teste rápido e rápido para gestantes.

4.4 Comparativo dos resultados apresentados pelo Estado do Tocantins com outro Estado da federação.

Essa parte da pesquisa tem o intuito de fazer um comparativo a fim de medir se as metas estipuladas são alcançadas pelo Estado do Tocantins e se estão em mesmo nível que outros Estados da federação. O Estado escolhido para esse comparativo foi o Maranhão, Estado que faz divisa territorial e de grande semelhança cultural.

Os dados ora apresentados representam a quantidade de exames aplicados para comprovação do HIV/AIDS em habitantes que residiam nos dois Estados nos anos da presente pesquisa. Elucidando as cinco principais cidades em termos populacional entre essas duas unidades federativas e as suas metas.

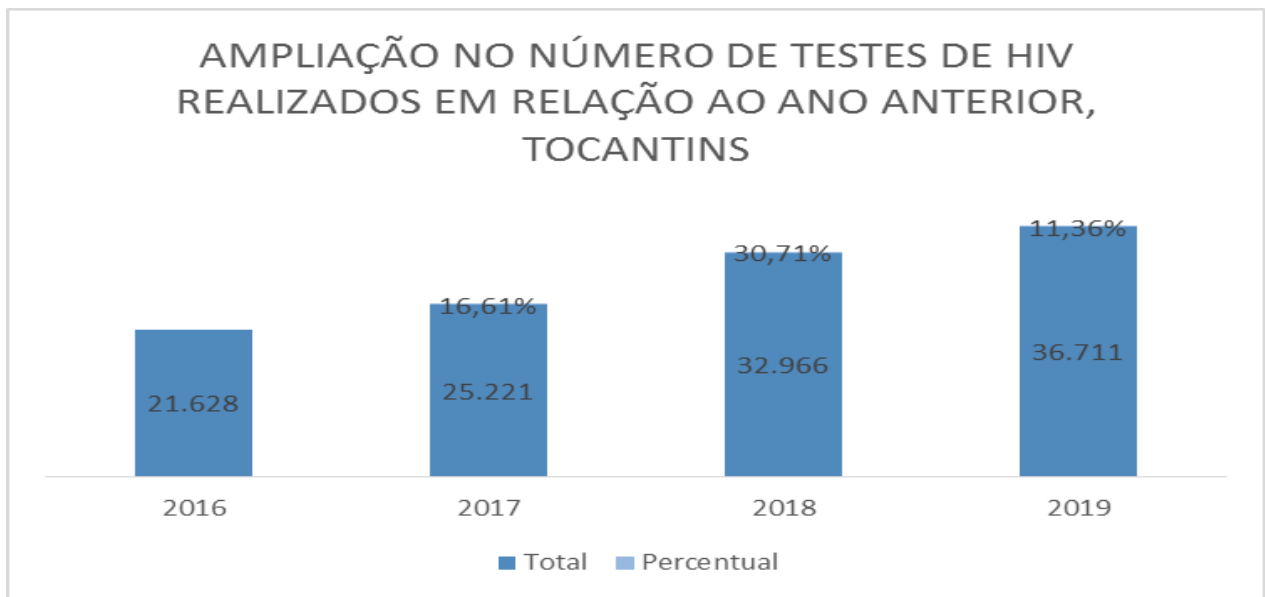
Gráfico 4 – Testes realizados TO



*Fonte: Adaptado pelo autor do site Ministério da Saúde – DATASUS

O gráfico acima explana o progresso no tocante a quantidade de testes para o diagnóstico do HIV realizados no Estado do Tocantins nos anos (2017-2019) da pesquisa, com o total de teste no Estado e também os dados discriminados de cada umas de suas principais cidades.

Gráfico 5 – Ampliação de testagem TO

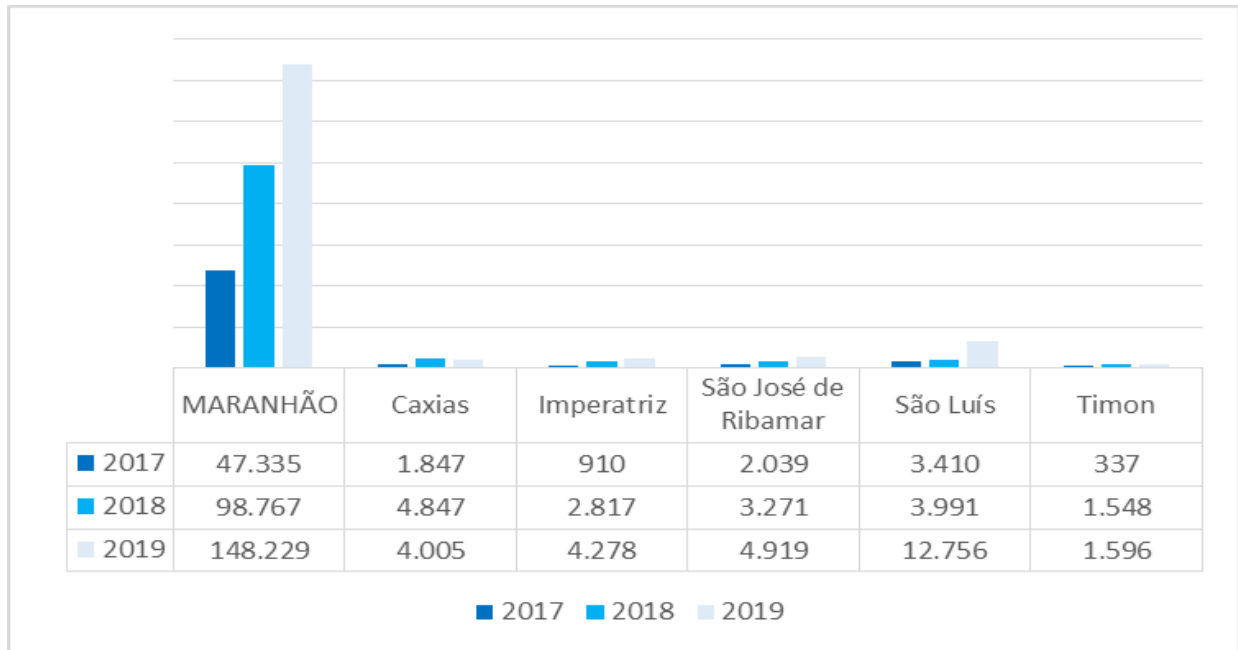


*Fonte: Adaptado pelo autor do site Ministério da Saúde – DATASUS (2019)

A meta determinada pelo ente Ministerial para cada ente federativo, é uma ampliação de 15% (quinze por cento) na quantidade de testes aplicados sobre o ano anterior. Para poder

saber se a meta foi realizada em 2017, se fez necessário apresentar os dados do ano anterior para descobrir se a meta foi ou não atingida.

Gráfico 6 - Testes realizados MA



*Fonte: Adaptado pelo autor do site do Ministério da Saúde – DATASUS

Seguindo o mesmo método que foi aplicado com o Tocantins, foi realizado a apresentação do progresso no sentido da quantidade de testes realizados com intuito de diagnóstico de HIV no Estado do Maranhão entre os anos de 2017 a 2019, com a quantidade total de teste aplicados no Estado e assim como os dados individualizados de cada umas de suas principais cidades.

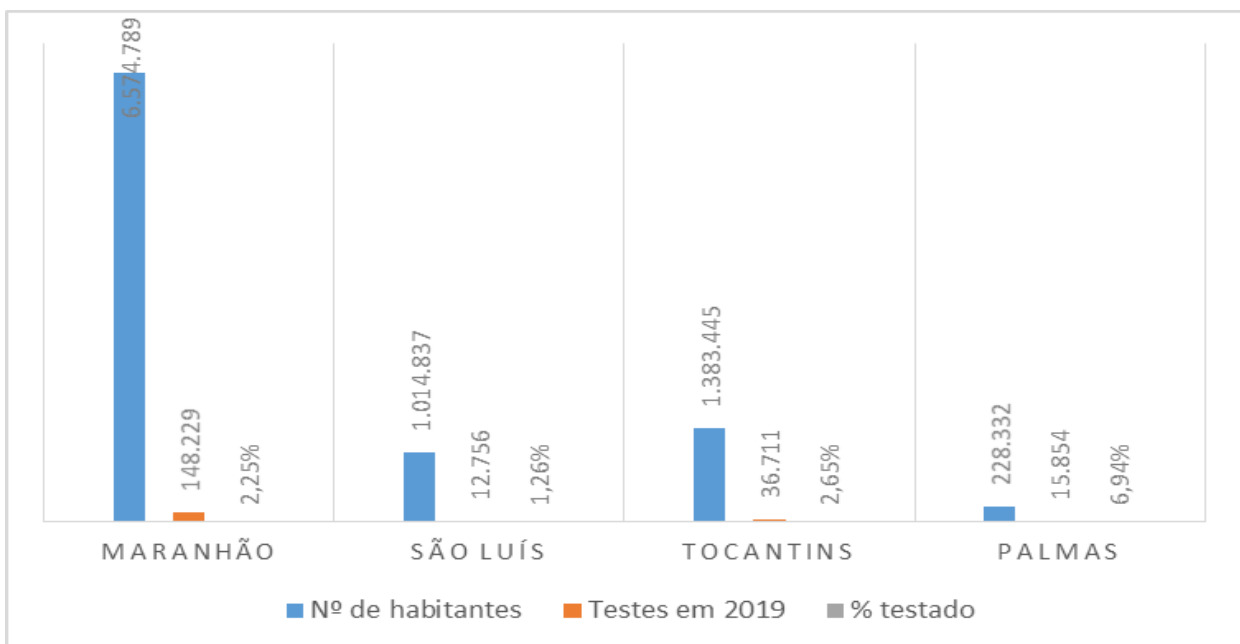
Gráfico 7 – Ampliação de testagem MA



*Fonte: Adaptado pelo autor do site do Ministério da Saúde – DATASUS

Vide meta do Ministério da Saúde (MS) no tocante à ampliação na quantidade de testes diagnóstico do HIV, o Estado do Maranhão apresentou um notável crescimento em relação aos testes aplicados durante os anos de pesquisas desse projeto. O crescimento nos percentuais supera de longe as metas do Ministério.

Gráfico 8 – Comparativo TO - MA



*Fonte: Adaptado pelo autor do site IBGE e Ministério da Saúde – DATASUS

A população do Estado do Maranhão é superior à população do Tocantins, segundo as informações contidas pelo derradeiro senso do IBGE, mas o percentual da população testada para o HIV/AIDS é superior no Estado do Tocantins. O mesmo se aplica entre as capitais dos dois Estados, mesmo com a retração no número de testes, Palmas supera São Luís em percentual da população testa para HIV/AIDS.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia avaliou e conheceu os fluxos dos monitoramentos de avaliação, analisando e entendendo as metas estaduais em um período de tempo delimitado, fazendo comparativos com outro ente federativo com o intuito de comprovar a eficácia das medidas para alcançar as metas estaduais.

Com relação aos fluxos de procedimentos, o Ministério da Saúde consiste em um órgão de referência, orientação e tem o intuito de alimentar os entes da federação. Em contrapartida, ao caráter orientador desse ministério, é exigido a alimentação de bancos nacionais do enfrentamento aos agravos, em que cada ente federativo tem o papel de produzir os dados e fazer o lançamento para os bancos ministeriais.

Ao longo da pesquisa, detectou-se que apesar da autonomia para a tomada de decisões, o Estado do Tocantins, por meio da Secretaria Estadual de Saúde do Tocantins, acompanha as atribuições de cuidados recomendados nas orientações ministeriais. Tendo como base essas recomendações e seguindo as metas e diretrizes advindas de tal órgão, mas também tomando as medidas mais adequadas às particularidades do Estado.

O Estado dessa maneira tem um fluxo misto, a sua base segue a cascata de cuidados recomendada pelo Ministério, mas cria os próprios fluxos internos, adequando-se à realidade de cada região do Estado, com pontos de apoio para os pacientes do SUS e para seus técnicos. Respeitando e facilitando o acesso dos usuários, aproximando-se dos técnicos para apoiar e capacitar, assim como a distribuição de suprimento aos municípios.

As metas de ampliação de testagem para diagnóstico do HIV/AIDS estabelecida pelo Ministério da Saúde foram alcançadas nos dois primeiros anos de pesquisa. Apresentou um singelo crescimento no último ano pesquisado, mas que não se fez suficiente para atingir a meta para o Estado. O não cumprimento dessa meta pode ser um fator determinante para a queda na quantidade de novos casos diagnosticados em 2019.

O Estado teria que ter realizado no ano de 2019, 37.910 testes, mas ficou em um déficit para a meta de 599 testes. Diferença esta, que foi encabeçada pela capital do estadual. Apresentando uma queda considerável no total de testagem aplicada por ano na sua população nos anos do estudo. Percentual esse maior que o número de testagens faltante para o cumprimento da meta estadual.

Palmas ao longo dos anos de pesquisa, apesar de apresentar redução na contagem de exames teste, foi a cidade do Estado que mais realizou testes no período. Um outro problema identificado, além da redução de teste na principal cidade, é que municípios como Aurora do

Tocantins, Caseara, Centenário, Mateiros e outros, só realizaram um único teste durante o período de três anos.

Cidades menores do Estado, apresentaram uma quantidade de testes muito pequeno, dentre elas se destacam seis cidades que aplicaram apenas um teste nesse período. Além de não se ter uma ampliação no número de pessoas testadas, esses municípios passaram dois anos da pesquisa sem realizar nem um teste.

Apesar do bom funcionamento dos fluxos de capacitação, distribuição de testes rápidos que não necessitam de laboratório, algumas das pequenas cidades do Estado do Tocantins fazem testagem muito aquém do que deveriam, deixando sua população desassistida para uma agravante que aumenta os riscos à saúde pública.

Ao comparar o Estado do Tocantins com o Estado do Maranhão, fica mais notável e fácil mensurar a pouca quantidade de testes que são realizados dentro do Estado do Tocantins. Medindo de forma a comparar o montante da população com a quantidade de testes, o Tocantins mostra um percentual pouco superior, mas deixando a desejar em cidades como, por exemplo, Gurupi, uma das principais cidades do Estado, mas que não testa nem 0,4% de sua população ao ano.

Neste quesito as campanhas estaduais não têm surtido o efeito esperado para o atingimento da ampliação de 15%. Enquanto o Estado vizinho consegue um crescimento de até 108% na ampliação das testagens realizadas na sua população entre um ano e outro. Mostrando que é possível melhorar os números do Tocantins.

O Estado do Tocantins ao seguir os fluxos do Ministério da Saúde deveria apresentar um resultado mais significativo. Apesar de disso, apresenta números no limite da meta, não sendo suficiente no último ano de pesquisa. Fazendo-se necessário a compreensão para entender a baixa quantidade de testes realizados nas cidades do interior.

Se mostram necessárias medidas urgentes para mudar esse quadro nas pequenas cidades do Estado, elaborar campanhas de conscientização para população desses municípios, assim como campanhas de testagem em massa para a população dessas regiões. Destaca-se que a utilização de testes rápidos é uma maneira mais barata, prática e de menor complexidade para campanhas.

REFERÊNCIAS

- Boletim Epidemiológico HIV/AIDS 2019. **Ministério da Saúde**, 2019. Disponível em: <<http://www.AIDS.gov.br/pt-br/pub/2019/boletim-epidemiologico-de-hivAIDS-2019>>. Acesso em: 02 de ago. de 2020.
- CARVALHO, André Luis Bonifácio, *et al.* A gestão do SUS e as práticas de monitoramento e avaliação: possibilidades e desafios para a construção de uma agenda estratégica. **SciELO**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n4/v17n4a12.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2020.
- CENSO DEMOGRÁFICO DO BRASIL 2010. **IBGE** (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/>> Acesso em: 09 mai. 2021.
- FACCHINI, Luiz Augusto, *et al.* Avaliação de efetividade da Atenção Básica à Saúde em municípios das regiões Sul e Nordeste do Brasil: contribuições metodológicas. **SciELO**. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/csp/v24s1/20.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2020.
- FERREIRA, Gabriela Souza Assis, *et al.* Construção e análise de indicadores de desempenho do acesso à atenção especializada do SUS. **SciELO**. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042019000401003>. Acesso em: 02 ago. 2020.
- FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referente à pratica da análise de políticas públicas no Brasil. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89/158>>. Acesso em: 02 ago. 2020.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2020.
- KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira, Avaliação da Aprendizagem como Construção do Saber. **Universidade Federal de Santa Catarina**. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/96974/Maria%20Elizabeth%20Kraemer%20%20Avalia%C3%A7%C3%A3o%20da%20aprendizagem%20como%20con.pdf?sequence=3&isAllowed=y>>. Acesso em: 02 ago. 2020.
- NASCIMENTO, Victor Wladimir Cerqueira. Introdução a Metodologia Científica. **Universidade Federal do Sergipe – UFS**. Disponível em: <https://www.cesadufs.com.br/ORBI/public/uploadCatalogo/14131809042014Introducao_a_Metodologia_Cientifica_Aula_1.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2020.
- NOGUEIRA, Ronaldo Alves, *et al.* Avaliação e monitoramento: duas experiências de institucionalização na gestão das políticas públicas no Poder Executivo Federal brasileiro. **Enap**. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2168/3/Nogueira-Cavalcante-Avalia%C3%A7%C3%A3o-e-monitoramento.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2020.

NUNES, Altacílio Aparecido, *et al.* Resolubilidade da Estratégia Saúde da Família e Unidades Básicas de Saúde Tradicionais: Contribuições do PET – Saúde*. **SciELO**. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbem/v36n1s1/v36n1s1a04.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2020.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. METODOLOGIA CIENTÍFICA: um manual para a realização de pesquisas em administração. **Universidade Federal de Goiás – UFG**. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2020.

POUPART, Jean, *et al.* **A pesquisa qualitativa Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1932953/mod_resource/content/1/CELLARD%2C%20Andr%C3%A9_An%C3%A1lise%20documental.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2020.

PRAÇA, Fabíola Silva Garcia. METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA: ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL E OS DESAFIOS PARA REDIGIR O TRABALHO DE CONCLUSÃO. **Universidade de Filosofia, Ciências e Letras Nossa Senhora Aparecida – FNSA**. Disponível em: <http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170627112856.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2020.

ROCHA, Cleide Ribeiro Gonçalves. ARTIGO CIENTÍFICO TEMA: AVALIAÇÃO – PROCESSO EM CONSTRUÇÃO. **Secretaria da Educação e do Esporte do Estado do Paraná**. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1859-8.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2020.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie, *et al.* **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351/pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2020.

SILVA, Antônio João Hocayen da. Metodologia de pesquisa: conceitos gerais. **Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO**. Disponível em: <<http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/123456789/841/1/Metodologia-da-pesquisa-cient%C3%ADfica-conceitos-gerais.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2020.

SILVA, Maurício Corrêa da, *et al.* Procedimentos metodológicos para a elaboração de projetos de pesquisa relacionado a dissertações de mestrado em ciências contábeis **SciELO**. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rcf/v15n36/v15n36a06.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2020.

TONHOM, Sílvia Franco da Rocha, *et al.* Indicadores de avaliação do cuidado individual: subsídios para a formação médica orientada por competência. **SciELO**. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbem/v38n3/07.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2020.

TREVISAN, Andrei Pittol, *et al.* Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção*. **SciELO**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n3/a05v42n3.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2020.

VAITSMAN, Jeni, *et al.* Avaliação de programas e profissionalização da gestão pública. **Ministério da Cidadania**. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/>>

ferramentas/TemplateHTML/PDFs/Artigo_Revista/Avaliacao_de_programas_e_profissionalizacao_da_gestao_publica.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2020.